PROJETO DE GRUPO DE ESTUDOS 2018.3

GRUPO DE ESTUDOS: RECAJ UFJF-GV – SOLUÇÃO DE CONFLITOS E ACESSO À JUSTIÇA. **Tema 2018.3: Acesso à justiça, cidadania e exclusão social: questões prévias**

UNIDADE ACADÊMICA: ICSA/Departamento de Direito

Coordenação do grupo: Profa. Dra. Nathane Fernandes da Silva.

1 TÍTULO

RECAJ UFJF/GV – Acesso à justiça, cidadania e exclusão social: questões prévias

2 RESUMO

Este projeto de grupo de estudos objetiva dar continuidade aos debates sobre as temáticas ligadas ao acesso à justiça junto aos discentes, iniciados em 2015. Após terem sido estudados e discutidos temas como a evolução do conceito de acesso à justiça e suas aplicações práticas (2015.3) e as dificuldades do acesso à justiça no Brasil e perspectivas (2017.3), neste semestre letivo propõe-se o estudo de questões prévias e intrínsecas à problemática do acesso à justiça no Brasil: a falta de acesso à cidadania e a exclusão social. O grupo de estudos estará voltado a compreender a relação entre os processos de cidadania e exclusão social no País e os pontos sensíveis ao acesso à justiça, contribuindo para uma melhor visualização das reais necessidades em termos de políticas públicas e judiciárias de acessibilidade democrática à justiça no Brasil..

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à justiça. Cidadania. Exclusão social.

3 OBJETIVOS

Este projeto apresenta os seguintes objetivos:

3.1 Objetivo geral

Compreender as implicações dos processos de cidadania e exclusão social na questão do acesso à justiça no Brasil, analisando os efeitos desses processos e as necessidades de se rediscutir uma agenda para a garantia de uma democratização da acessibilidade à justiça no País.

3.2 Objetivos específicos

- Analisar o processo de construção da cidadania no Brasil;
- Estudar o processo de exclusão social vivenciado no País;
- Compreender como a falta de acesso à justiça contribui sistematicamente para a falta de realização da cidadania e para o agravamento da exclusão social;
- Problematizar a questão do território na realização da cidadania e do acesso à justiça no Brasil;
- Pensar políticas públicas e judiciárias capazes de, por via do acesso ampliado à justiça, minimizar os efeitos da exclusão e da subcidadania no País;
- Fortalecer os estudos e discussões nas áreas do acesso à justiça e cidadania.

4 JUSTIFICATIVA

O grupo de estudos RECAJ UFJF-GV foi registrado junto ao departamento de Direito em 2015, e está em sua terceira edição, com oferta anual. O grupo representa uma continuidade, em Governador Valadares, do Programa RECAJ UFMG, que conta com atividades de ensino, pesquisa e extensão e que aborda temáticas como o acesso à justiça, os meios de abordagem de conflitos, dentre eles a mediação e a justiça restaurativa, abordagens cooperativas no contexto escolar, a teoria do conflito e mapeamento de conflitos.

Em 2018.3 o grupo RECAJ UFJF-GV abordará o tema "Acesso à justiça, cidadania e exclusão social: questões prévias", vez que é assunto indispensável para a melhor compreensão dos aspectos do acesso à justiça no Brasil, suas questões incidentes e pontos sensíveis. Para que se possa entender e estudar o acesso, propondo mudanças para a sua ampliação, necessário aprofundar-se em questões relacionadas e anteriores, como a exclusão social e a ausência de efetivação de cidadania para todos no País.

Para que se possa propor um acesso à justiça que seja verdadeiramente democrático, importa avaliar como se dá a relação entre os segmentos sociais e os instrumentos que possibilitam a acessibilidade à justiça no Brasil, analisando, designadamente, contextos nos quais há carência de acesso à justiça, para que se faça um diagnóstico dos motivos dessa falta de acesso e, então, propor possíveis soluções (SILVA, 2017).

Parte-se do pressuposto de que o tema do acesso à justiça deve ser lido sob o prisma da equação entre igualdade jurídico-formal e desigualdade socioeconômica (SANTOS, 1999),

muito além da leitura clássica de acessibilidade aos tribunais, considerando que existe uma patente distância entre a justiça civil – aquela que se busca efetivar nos espaços judiciários, por meio do sistema processual civil – e a justiça social, que representa uma distribuição de renda mais uniforme, acesso a serviços essenciais e garantia de direitos para todos.

Assim, é imprescindível que se repense formas de acesso à justiça via direitos que alcancem os segmentos sociais marginalizados e que sejam adequadas às realidades sociais brasileiras, principalmente às realidades vivenciadas por parte da população que, carente desse acesso, repisa uma situação de exclusão e de consequente negação de cidadania.

5 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA 2018.3

Fases de Execução:

1ª Fase: contextualização do conceito de acesso à justiça a ser trabalhado, perspectivas no Brasil e auxílio aos discentes nas abordagens aos textos selecionados para estudo.

2ª Fase: reflexões acerca dos processos de exclusão social consolidados no Brasil, sua relação com o acesso à justiça e caminhos necessários para reversão deste quadro;

3ª Fase: reflexões sobre o processo de construção da (sub)cidadania brasileira e suas implicações no acesso à justiça;

4ª Fase: problematização das políticas de acesso no Brasil em face dos quadros sociais estudados.

6 METODOLOGIA

O Grupo de Estudos terá 15 vagas para discentes, que serão preenchidas por ordem de classificação em avaliação feita através de carta de intenções. Serão utilizados como critérios de desempate o maior número de períodos cursados e o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA).

O Grupo terá duração de 8 encontros quinzenais, **às terças-feiras, de 17h15 às 18h45**, a partir do dia 28/08/2018, com término no dia 04/12/2018, totalizando 30 horas de certificação.

Para cada encontro será designado um trio de debatedores, responsáveis por apresentar resumidamente as ideias do texto e por responder às questões levantadas pelos outros integrantes do grupo.

Ao final do semestre letivo, todos os integrantes com 75% de frequência (6 encontros), somada à participação satisfatória, estarão aptos a receber um certificado de 30 horas.

7 BIBLIOGRAFIA PRELIMINAR

CAMPOS, André et. al (org.). **Atlas da exclusão social no Brasil, volume 2**: dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 10ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. 2ª ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Cidadania e república no Brasil: história, desafios e projeção do futuro. In: PEREIRA, Flávio Henrique Unes; DIAS, Maria Tereza Fonseca (org.). **Cidadania e inclusão social**: estudos em homenagem à professora Miracy Barbosa de Sousa Gustin. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 321-335.

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Márcio; SILVA, Ronnie Aldrin (orgs.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil** – Dez Anos Depois, vol. 1. São Paulo: Cortez, 2014.

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Márcio; SILVA, Ronnie Aldrin (orgs.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**: dinâmica da exclusão social na primeira década do século XXI, vol. 2. São Paulo: Cortez, 2015.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. Resgate dos direitos humanos em situações adversas de países periféricos. **Revista da Faculdade de Direito UFMG**. Belo Horizonte, n. 47, 2005, p. 181-212.

MARSHAL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Hipóteses Sobre a Nova Exclusão Social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Caderno CRH**, Salvador, n. 21, p. 29-47, jul/dez 1994.

PAIVA, Denise; SOUZA, Marta Rovery; LOPES, Gustavo de Faria. As percepções sobre democracia, cidadania e direitos. **Revista Opinião Pública**, Campinas, V. 10, N. 2, Out, 2004, p. 368-376.

POCHMANN, Márcio et. al (org.). **Atlas da exclusão social, volume 5**: agenda não liberal da inclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões. In: SILVA, Elisiane da; NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach (org.). **Coleção O Pensamento Político Brasileiro**, v. 3. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SILVA JÚNIOR, Francisco Paulino. Políticas públicas e pobreza: revisitando o tema do acesso à justiça. In: OLIVEIRA, José Carlos de (org.). **Estudos de direitos fundamentais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 179-195.

SOUZA, Jessé. **Invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo, Cortez, 1999.

SILVA, Nathane Fernandes da. **O diálogo dos excluídos**: a mediação social informativa como instrumento de ampliação do acesso à justiça pela via dos direitos no Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.